

2005/11/10

AS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS DO TERRAMOTO NO PAQUISTÃO: NATO, CAXEMIRA E AL-QAEDA

Alexandre Reis Rodrigues

O apoio à calamitosa situação criada no Paquistão pelo terramoto de 8 de Outubro é o primeiro grande envolvimento da NATO numa operação de ajuda humanitária e o primeiro emprego da sua Força de Resposta. É um marco histórico na existência da NATO e um envolvimento de grande significado para o comando instalado em território nacional, o Joint Headquarters Lisbon, em Oeiras, que detém, presentemente, o comando da força.

Não é, contudo, o tipo de situação para que a força foi pensada. De acordo com a proposta apresentada na Cimeira de Praga, em Novembro de 2002, para a sua criação, o que se visava primariamente era uma força para intervenções em cenários de maior exigência militar, uma força robusta, com as três componentes inteiramente integradas e capaz de operar isoladamente ou como parte de uma força maior. No entanto, como não podia deixar de ser, não deixou de ficar previsto que pudesse ser também utilizada em cenários menos exigentes e, por isso o catálogo de possíveis missões também incluiu operações de assistência humanitária.[1]



Aliás, para situações militarmente mais complexas, a força não estaria pronta. Não se prevê que isso aconteça antes de Outubro de 2006, na melhor das hipóteses. Porém, para a actual operação de assistência humanitária as capacidades existentes são suficientes e constituem mesmo uma ajuda importante para a extrema crise em que o Paquistão ficou mergulhado. Ainda bem, por isso, que a NATO conseguiu reagir com rapidez, porque de outra forma, o Paquistão não teria a preciosa ajuda que está a ter presentemente.

Poderá, porém, perguntar-se onde está a UE neste processo. De acordo com o que é previsível do desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa e de todas as discussões que têm sido mantidas à volta de uma partilha de tarefas entre a NATO e a UE, estas situações de assistência humanitária, mais do tipo de missões de Petersberg, caberiam primariamente à UE e não à NATO. Além do mais, os efectivos requeridos são relativamente modestos e o tipo de capacidades requeridas, mais no âmbito da cooperação civil-militar, caberiam melhor na vocação da UE. Porém, duas circunstâncias contrariaram esse desfecho: a UE, continuando sem uma estrutura permanente e organizada para contingências, dificilmente poderia assegurar a resposta requerida pela emergência; por outro lado, tratando-se do Paquistão e de uma área de importância estratégica, nomeadamente para a luta contra a al Qaeda, dificilmente os EUA deixariam de estar presentes e isso obriga ao envolvimento da Aliança.

Já tinha havido algum empenhamento da NATO, por ocasião do *tsunami* no final de 2004 e por ocasião do Katrina, o que indicia uma maior vontade da Aliança em aparecer neste tipo de contingências. Nenhum deles, porém, teve o nível de participação que tem o actual. Este implicou a deslocação para o local de uma parte do estado-maior do quartel-general,[2] incluindo o respectivo comandante, o almirante John Stufflebeem, da Marinha americana, e elementos da componente terrestre e aérea, num total de cerca 1000 efectivos, na maioria técnicos de engenharia e saúde. Estes últimos foram retirados da componente terrestre da força de resposta da NATO, presentemente sob o comando do general Bautis do Exército espanhol. A componente marítima, sob o comando de um almirante italiano, poderá vir a ser utilizada em reforço da ponte aérea, estando em prontidão para esse efeito.

Os resultados estão à vista. A 3 de Novembro, a NATO anunciava ter já entregue mais de 1000 toneladas de ajuda humanitária, numa ponte aérea de 62 voos até essa data, a maioria a sair de bases na Turquia e Alemanha e iniciada a 12 de Outubro, na sequência da decisão do Conselho do Atlântico Norte, no dia anterior, de responder favoravelmente ao pedido de ajuda do Governo paquistanês. Foi contratado o aluguer de 3 aviões de carga DC-10, com verbas doadas por países membros, nomeadamente o Reino Unido que disponibilizou 3,5 milhões de dólares para as Nações Unidas e NATO. Foi também disponibilizada uma frota de 90 helicópteros, provenientes de vários países, para a deslocação interna da carga e evacuações de sobreviventes; mas apesar destes recursos, a 4 de Novembro ainda se referia haver pelo menos 4000 sobreviventes em localidades totalmente isoladas, sem ter recebido qualquer apoio.

É, de facto, uma tragédia de enormes dimensões. Cidades e aldeias inteiras transformaram-se em destroços de um momento para o outro. Um mês depois, ainda não parou a contagem de vítimas. A 31 de Outubro contabilizavam-se quase 58000 mortos e 78000 feridos; a 4 de Novembro já eram 73000 mortos; ontem, 9 de Novembro, anunciavam-se perto de 100000 mortos. O número vai continuar a aumentar; não só porque o progresso das operações de apoio vai permitir apurar a verdadeira dimensão da tragédia mas porque também as condições de vida em que se encontra grande parte dos sobreviventes, sem abrigo nem condições de higiene em difíceis condições de tempo, com o inverno a aproximar-se e as primeiras neves a caírem, vão continuar a fazer vítimas.

Cerca de 3 milhões e 300 mil ficaram sem casa; a 31 de Outubro, estimava-se que cerca de 800000 ainda estivessem sem abrigo. Calcula-se que seja necessário construir pelo menos 250000 novas casas para alojar os que perderam tudo. Como deverão ser casas com condições de resistência a sismos, o esforço financeiro será enorme, muito para além do que a depauperada economia paquistanesa pode suportar. Talvez na ordem dos 10 mil milhões de dólares, o que equivale a cerca de um décimo da economia paquistanesa.

A zona mais afectada foi precisamente a de Caxemira, um território sob disputa entre a Índia e o Paquistão desde 1947, quando o Reino Unido saiu da Índia e o país se partiu em dois estados independentes; um território dividido em duas partes, separadas por uma linha de controlo que, sendo recusada pelas duas partes como linha de fronteira, é apenas uma linha de cessar fogo de duas guerras e de contínuos conflitos (mais de 63000 mortos).

Não obstante alguns progressos recentes em tentativas mútuas de normalização das relações entre os dois países, ficando no ar algumas esperanças de entendimento futuro, a verdade é que continua a não existir qualquer expectativa de solução para o conflito. Se a tragédia, afectando também o lado indiano mas em menor grau (1400 mortos), vai ou não contribuir para novos passos na procura de entendimento é assunto sobre o qual se especula. Situações semelhantes no passado sugerem que sim; é o caso, por exemplo, do acordo de tréguas entre o Governo indonésio e os separatistas de Aceh na sequência do *tsunami* de 2004 e dos gestos de simpatia do Governo grego para com a Turquia após o terramoto que a região de Marmara sofreu em 1999, o que melhorou as relações entre os dois países.

Por enquanto, nada nos diz seguramente que o relacionamento bilateral Índia/Paquistão vai também evoluir no bom sentido. Os sinais que vêm dos mais recentes desenvolvimentos são pouco claros e por vezes contraditórios. É verdade que a Índia ofereceu ajuda mas o Paquistão só aceitou abastecimentos; uma oferta de apoio em helicópteros foi rejeitada por implicar a presença de indianos em território paquistanês. Musharraf só aceitaria os helicópteros sem tripulações, estando fora de causa qualquer possibilidade de esforço conjunto das duas partes! Vão ser abertos cinco pontos de passagem na linha de controlo para permitir entreajuda de familiares e amigos mas ainda ontem a polícia paquistanesa usava gás lacrimogéneo contra tentativas de travessia que não considerava enquadrarem-se nas condições estabelecidas. Em resumo, há algumas notas positivas mas prevalece, em cada lado, o receio de que o outro possa aproveitar a oportunidade para tirar partido e isso impede qualquer cedência.

Sendo conhecido que elementos importantes da al-Qaeda têm abrigo na chamada Província Paquistanesa da Fronteira Noroeste, também muito afectada pelo temor de terra, existe uma forte possibilidade de que a rede possa ter sofrido um revés, pela perda de dirigentes e de recursos. Por certo que os EUA estão a aproveitar a oportunidade de presença na área para avaliar a exacta dimensão do impacto que a al-Qaeda com certeza também sofreu. Poderá ser o caso de um mal que acabaria, ao menos neste aspecto, por vir por bem e um contributo importante para as operações locais de contra terrorismo que têm estado numa situação estagnada, mal grado as garantias do Governo paquistanês de que tem feito tudo o que está ao seu alcance. O que muita gente duvida!

[1] Designadas sob o título de Consequence Management Operations.

[2] Deployable Joint Task Force HQ.

10 TEXTOS RELACIONADOS:

2009/04/26

ATENTADOS EM BOMBAIM. LIÇÕES A RETIRAR DO NOVO MODUS OPERANDI JIHADISTA (II PARTE)

José Vale Faria[1]

2009/04/25

ATENTADOS EM BOMBAIM, LIÇÕES A RETIRAR DO NOVO MODUS OPERANDI JIHADISTA (I PARTE)

José Vale Faria[1]

2009/01/03

OS CONFLITOS DE GAZA E DA ÍNDIA/PAQUISTÃO. UMA MÁ MANEIRA DE COMEÇAR 2009.

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/03

O AFGANISTÃO: DE CENTRO DE TERRORISMO ATÉ SUA VÍTIMA PRINCIPAL

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/13

COMO INTERPRETAR A DEMISSÃO DO COMANDANTE DO CENTCOM?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/18

A SEGURANÇA NUCLEAR NO PAQUISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/11

A BOMBA PAQUISTANESA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/08/23

PAQUISTÃO: ESCOLHAS DIFÍCEIS

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/20

AFGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?

Alexandre Reis Rodrigues

2004/02/01

NOVAS CONVERSÇÕES ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO

Alexandre Reis Rodrigues